

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 5 | edição nº 2 | 2016

*Política externa brasileira em cenários de
crises internas e externas*

Clodoaldo Bueno

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM CENÁRIOS DE CRISES INTERNAS E EXTERNAS*

Clodoaldo Bueno¹

Resumo: A influência dos fatores econômicos sobre as relações internacionais é evidente, mas o analista que não se satisfaz com monismos teóricos enfrenta o desafio de conciliar o peso de tais fatores com os de outra natureza ao fazer o exame de tais relações. Seguindo a linha de J. B. Duroselle, o autor reconhece a preponderância do que ocorre nas esferas política e econômica sobre o relacionamento entre as nações, mas não descarta razões de naturezas diversas que subjazem à realidade. A questão central que se coloca para o estudioso é circunscrever o epicentro das grandes transformações que ocorrem em nível mundial e que afetam as economias nacionais, relações bilaterais e o quadro da geopolítica.

Palavras-chave: Economia internacional; Brasil; Crise; Blocos; Estado; Gilberto Dupas

BRAZILIAN FOREIGN POLICY IN SCENERIES OF INTERNAL AND EXTERNAL CRISIS

Abstract: The decisive influence of the economic factors in international relations is unequivocal. There is not a common consent about the intensity and weight of other kind of factors over such relations. J.B.Duroselle, considering the available interpretations, tended to that one which recognized the existence of reciprocal influence between political and economical spheres, “but without one or the other exert continuous and preponderant influence.” The central question presented to the analyst is to circumscribe the epicenter of the considerable transformations responsible to the new configurations the scenery gets, and the understanding of how changes are processed in lower levels, but not less important, as much in the region as in the scope of national frontiers, affecting sectors of economy, bilateral relations and geopolitical scenery.

Keywords: International economy; Brazil; Crisis; Commercial blocks; State; Gilberto Dupas

* Neste texto, apresentado ao V Simpósio de pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (São Paulo, 2015), retomo ideias expostas em outras oportunidades, mas com acréscimos e adaptações. É uma homenagem ao Dr. Gilberto Dupas, pelo que utilizo amplamente de sua contribuição aos estudos sobre a economia internacional contemporânea.

¹ Mestre e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Livre-docente e Professor Titular da UNESP (Universidade do Estado de São Paulo), aposentado. Professor Visitante da Universidade de Brasília. (1994-5) e da área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP (1997-9). Foi bolsista PQ I-A do CNPq. Com auxílio da FAPESP, desenvolveu em 1997 programa de aperfeiçoamento científico na Universidade de Lovaina (Bélgica). Membro da CHIR (Comission of History of International Relations), sediada em Paris-Milão. Entre suas publicações, destacam-se os livros *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. (São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: FUNAG, 1995, 377 p.); *Política externa da Primeira República – Os anos de apogeu – de 1902-1918* (São Paulo: Paz e Terra, 2003, 506 p.); *História da política exterior do Brasil* (Brasília: Ed.UnB, 5ª ed. 2015, 605 p.), este em co-autoria com Amado Luiz Cervo. Participou de eventos internacionais em Amsterdam, Buenos Aires, Cidade do México, Córdoba (Argentina), Mendoza, Paris, Oslo e Sydney. Além de citações em obras publicadas no exterior, publicou textos em Londres, Tóquio, Paris, Buenos Aires, Quito e Assunção. Atualmente é docente voluntário junto ao Programa de Pós-graduação “San Tiago Dantas” (UNESP-UNICAMP/PUC-SP). Email: clodobueno@uol.com.br

O Contexto

Decorridas uma década e meia do presente século, os cenários internacionais que começaram a tomar forma nos dois últimos lustros do anterior, apesar de ainda não se nos apresentarem suficientemente nítidos quanto a tendências e desdobramentos, permitem-nos vislumbrar um quadro pessimista. Segundo Mário Rapoport, a chamada terceira revolução econômica, fundada no setor de comunicações e serviços, ao contrário do que se poderia esperar, trouxe pessimismo em razão, entre outras, do desemprego, pobreza e aumento da desigualdade social, desequilíbrios ecológicos, mercantilização das relações humanas, corrupção, falta de ética, difusão do narcotráfico, lavagem de dinheiro e crimes financeiros. Rapoport registra ainda que os limites da globalização são evidentes e observa que houve favorecimento de setores limitados da população mundial. Faz, também, parte do quadro a crescente desvinculação do setor financeiro da economia real, a separação crescente entre produção e consumo, além do risco que corre a democracia. No referente ao comércio internacional não houve completo triunfo do multilateralismo e do livre comércio, pois existem barreiras e protecionismo em um padrão semelhante ao observado nos anos 50 e 60 do século passado. (RAPOPORT, 2003, p. 37-38, 40). Cumpre observar que a globalização não é aqui tratada como fenômeno recente, pois é a quarta onda caso o golpe de vista do analista alcance o último milênio, situando-se a primeira no século XIII (formação do Império Mongol), seguida pelas do século XVI (expansão européia) e XIX (domínio da Europa sobre quatro quintos dos territórios do planeta). (ARRIGHI, 2003:16-17).

No Brasil, Gilberto Dupas deu relevante contribuição aos estudos internacionais ao mapear e assinalar os efeitos da lógica da economia global sobre a política e a sociedade, em especial no que se refere à exclusão social e à revisão do *welfare state* no interior dos estados nacionais. Não lhe escapou à observação a política de blocos, governabilidade e questões de soberania (DUPAS, 2000, 2002, 2005^a, 2005^b). Seus trabalhos inserem-se no debate sobre o papel da economia no curso da história. Embora não haja consenso a respeito, ninguém descarta a influência decisiva dos fatores econômicos sobre as relações internacionais. Jean Baptiste Duroselle, na mesma linha dos trabalhos clássicos de Pierre Renouvin, e, portanto, cuidadoso como é normal no historiador infenso a dogmas e apriorismos, tendia, entre as interpretações disponíveis a respeito das forças que interferem de modo determinante nas relações internacionais, para aquela que reconhecia a existência das esferas política e econômica e que ambas exercem influência recíproca e se entremeiam, “mas sem que uma ou outra exerçam continuamente uma influência preponderante”. (DUROSELLE, 2000, p.172).

A questão central que se coloca para o analista é circunscrever o epicentro das grandes transformações no curso das quais o cenário adquire nova configuração que permite compreender as mudanças que se processam em níveis inferiores, mas não menos importantes, tanto na região quanto no âmbito das fronteiras nacionais, afetando setores da economia, relações bilaterais e o quadro geopolítico.

As análises de Dupas geralmente têm como marco inicial a queda dos estados comunistas, iniciada no final da década de 1980, que levou à destruição do sistema das relações internacionais fundado no equilíbrio do terror. Entre as decorrências desta questão central alinham-se a fragmentação política e o conseqüente surgimento de vários estados nacionais soberanos, dando assim nova configuração à ordem internacional que tinha suas raízes na reorganização da Europa pós-napoleônica.

A crise do dólar no início dos anos 1970, seguida por aquela do petróleo puseram fim ao ciclo de prosperidade dos países desenvolvidos no segundo pós-guerra. Sobrevieram a crise da dívida dos anos 1980 (que alterou as regras dos mercados financeiros internacionais), e a revolução na informática e nos meios de comunicação com a conseqüente intensificação dos fluxos econômicos e financeiros em escala global. A queda do socialismo real contribuiu para o triunfo de novas idéias, pois desacreditou as políticas estatistas e afastou o receio dos investidores em relação à expropriação de ativos por parte de governos de esquerda em países em desenvolvimento. A nova maneira de ver, consubstanciada no “Consenso de Washington”, formou um corpo de idéias que deveria presidir a economia global e as nacionais, tendo por base o controle dos gastos públicos e disciplina fiscal, liberalização do comércio e do sistema financeiro, atração de capitais externos, privatização de empresas estatais, desregulamentação e reforma do Estado (RAPOPORT, 2003: 44-45).

Na moldagem da nova ordem foi decisivo o advento, nas duas últimas décadas do século XX, do ciclo de reformas neoliberais, repousadas na retórica de sua inexorabilidade e, portanto, obrigatórias para o crescimento econômico das nações. Previa-se a chegada de uma era de prosperidade mercê de uma política de estabilização, abertura comercial, redução de tarifas, internacionalização da produção pautada na lógica das cadeias produtivas, e privatização de empresas públicas tendo-se em vista a melhora da competitividade e o aumento da oferta de serviços. Tais reformas correram paralelas à defesa do Estado mínimo, visto como saída para a resolução dos problemas do setor público estrangulado por dívidas. A lógica completava-se com a defesa da flexibilização do mercado de trabalho, entendida como necessária para enfrentar o desemprego.

Esse ciclo, já em 2001, segundo Dupas, estaria encerrado, pois os resultados da aplicação das reformas se afiguravam, no geral, decepcionantes, não tendo ocorrido a nova era de prosperidade prometida aos grandes países da periferia mundial que levaram a efeito o conjunto de reformas. O que restou para a maioria daqueles países, bem como os da América Latina, foi uma sucessão de crises econômicas, além da elevação do nível de vulnerabilidade externa e do agravamento de desequilíbrios estruturais, uma vez que as dívidas mais que duplicaram, aumentaram os déficits comerciais e, em escala espantosa, os das transações correntes. Países como a Argentina, Turquia e o Brasil, quando não passaram por crises econômicas, lutaram para manter ou equilibrar suas contas externas.

A recente onda de globalização levou à discussão sobre a queda que ela provocou nos direitos dos trabalhadores. Para Arrighi a ofensiva contra tais direitos tem raízes em circunstâncias históricas mundiais, realçando que para entendê-la é preciso examinar as relações de poder entre os estados ocidentais e os povos não ocidentais em vez de aquelas entre o Estado e o Capital. (ARRIGHI, 2003: 20) O ciclo de reformas neoliberais acelerou a integração das grandes economias do capitalismo global, mas provocou, salvo exceções, impasses que baixaram a qualidade dos empregos e pioraram a distribuição de renda. E mais: o aumento das importações determinado pela lógica das cadeias produtivas não foi acompanhado pelo crescimento das exportações, resultando disso espasmos de crescimento situados entre uma crise e outra, conforme Dupas, que reafirmou essa posição em 2005 na introdução do livro por ele coordenado sobre as perspectivas da América Latina no início do século XXI. Os resultados decepcionantes posteriores à aplicação do receituário neoliberal eram-lhe visíveis, também, na exclusão social e concentração de renda, nas crises profundas e no retorno de tendências neopopulistas. (DUPAS, 2005^a: 9, 314). No contexto de tal análise permite-se concluir, acessoriamente, que o pragmatismo, fundado no bom senso, parece ser mais adequado para o enfrentamento de graves problemas econômicos nacionais do que as tentativas de atualização às correntes de pensamento vigentes sem se atentar para as particularidades locais. Passada a onda de reformismo neoliberal, pelo esgotamento do próprio modelo e pelas contradições que gerou, o que será que nos espera? O que surgirá de novidades no próximo receituário? Dupas apontou alternativas e, sobretudo, desvendou conseqüências não previstas pelos estrategistas, reiterando que, de qualquer forma, o caminho para o desenvolvimento auto-sustentado é longo, sem mágicas e sem muito espaço para manobras. Pode-se acrescentar que faltou acreditar mais e ir mais a fundo no liberalismo, pois faz parte do mesmo a livre concorrência, tanto em nível individual quanto entre as nações, o

que, dir-se-ia fatalmente, levaria à melhoria do nível educacional de suas populações, à inovação e ao aumento da produtividade e competitividade.

Dupas viu os blocos regionais como tentativas de articulações de políticas nacionais defensivas ou ofensivas. A superação das dificuldades dos blocos regionais dar-se-ia somente pelo aumento das exportações de alto valor agregado, pelo reforço da competitividade sistêmica e luta pelo acesso aos mercados. No caso específico do Mercosul, houve rápido crescimento do comércio intrabloco. Os quatro bilhões de dólares de 1990 subiram para vinte bilhões em 1998, todavia, cerca de 60% desse volume referiam-se a trocas internas industriais. O volume de importações de fora do bloco cresceu 146% no período 1992-98, contra um aumento de apenas 61% nas exportações, o que coloca dúvida a eficácia do regionalismo aberto, pois este agravou o desequilíbrio externo estrutural. A lógica das cadeias produtivas globais exige importações além do que é permitido pelas exportações. Isto vale para toda América Latina. O crescimento dos países da região provoca, dessa forma, ampliação dos déficits comerciais, em parte compensados pela entrada de capitais, e esta, por sua vez, faz crescer ainda mais a remessa de lucros, bem como a dívida externa agravada pelos juros. Dupas alertou que os países da América Latina poderiam “facilmente cair na armadilha da especialização competitiva e da guerra de preços relativos, tão a gosto das corporações transnacionais” e, assim, opinou que seria vantajoso para a América do Sul envolver-se “num Mercosul refundado e ampliado, se houvesse um convencimento da sociedade civil e da classe política”. A integração efetiva deveria ser iniciada “por uma verdadeira harmonização das políticas econômicas e sociais”. Sem vitalidade e de volta a um padrão “antigo” de troca de “especialidades”, o Mercosul estaria a carecer “de políticas macroeconômicas comuns, ampliação geográfica e decisões estratégicas amplas profundamente comprometidas com a visão transnacional”, pois é desta forma que os acordos regionais podem adquirir eficácia. (DUPAS, 2005^a:325-326).

As críticas ao sistema capitalista global em razão dos seus efeitos perversos, não transformaram Dupas num utopista, pois apesar do aumento da exclusão, da concentração de renda e da riqueza, bem como o agravamento de tensões e imperativos de legitimação, aquele sistema “continua sendo a única alternativa eficaz em grande escala disponível na atual ordem global.” A lógica de acumulação capitalista fora recuperada após a grave crise do final dos anos 1970, o que lhe dava a entender que mesmo com grandes distorções sociais e políticas e apesar de “eventuais estreitamento na demanda global” a “vitalidade da inovação tecnológica” mantinha o dinamismo do sistema, sem sinais de esgotamento. (DUPAS, 2005^b: 284-5) Sem perder a esperança, mas com os pés no chão, afirmava que enfrentar os desafios gerados numa

nova lógica global significava “aceitar, como primeira condição, o fato de que estamos definitivamente inseridos na realidade global; e que ela, muitas vezes, tem traços perversos. A globalização contemporânea é uma força normativa que impõe diretrizes e políticas.” Tal lógica fez com que a participação nas cadeias produtivas passasse a ser uma “obrigação” e não mais “opção”, pois seria pior ficar fora delas. As grandes corporações e os capitais fluem livremente pelo mundo, “estimulando a competição e jogando os países uns contra os outros com a contínua ameaça de exercer a *opção-saída: não invisto; ou vou embora*”, mas, por sua vez, o trabalho, circunscrito ao país de origem, é o mais prejudicado, enfrentando uma luta desigual frente àquelas corporações. (DUPAS, 2005^a:16).

Para encarar este quadro hobbesiano, sobretudo pelas implicações sociais, a rediscussão do papel do Estado impõe-se como necessidade. Neste aspecto, assiste-se a um debate entre os teóricos a respeito da centralidade do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico. Os Estados, na presente onda de globalização, diferentemente do que ocorreu naquela que se iniciou na metade do século XIX, perderam parte de sua capacidade de controlar estoques e fluxos de capital e, por isso, também da adoção de políticas sociais. (ARRIGHI, 2003:16). Neste debate entra a questão da ascensão e força das organizações transnacionais que estariam na raiz do declínio do Estado forte. Arrighi trabalha com as idéias de Tilly e Wallerstein, registrando que para o primeiro as instituições emergentes do capitalismo mundial são levadas tão a sério “a ponto de descartar a importância continuada dos estados nacionais como agentes dinamizadores do mundo contemporâneo”. Quanto a Wallerstein, observa que ele “sustenta a importância dos estados nacionais a ponto de desconsiderar a novidade das instituições emergentes do capitalismo mundial”. (ARRIGHI, 2003: 17) Rapoport lembra que é preciso envolver, também, o mercado no debate, bem como as relações entre ambos. Isto porque o “estado absoluto”, seja na forma de “socialismo real” ou na de soluções fascistas não resolveu os problemas sociais, na verdade tornou-se um problema, verdadeiro “pesadelo”, conforme afirmou. Se a democracia for sacrificada em favor do mercado e, em consequência, a sociedade perder o controle do domínio da economia e perder, assim, a possibilidade de controlar os desequilíbrios gerados pelo próprio mercado, corre-se o risco de assistirmos a uma revivência de aventuras totalitárias dos anos 30 do século passado. (RAPOPORT, 2003: 61-62).²

² Depois de enumerar as mazelas das sociedades atuais, esse autor refere-se ao “esgotamento do modelo democrático liberal”, o que teria levado “alguns especialistas a buscar novas formas de participação política e propor uma reconstituição do papel do Estado como regulador e mantenedor desse modelo”. (p.61). (A tradução é nossa)

O Estado foi revalorizado, também, por Dupas, que lhe atribuiu um papel decisivo no processo de desenvolvimento. A complementaridade entre Mercado e Estado permitiu a prosperidade dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, bem assim de alguns países asiáticos na segunda metade do século XX. O conceito sobre o qual se assentava a função complementar do Estado fora abalado a partir das reformas neoliberais recomendadas pelo citado “Consenso de Washington”. Para nosso autor, simplesmente abrir a economia ao comércio e ao capital estrangeiro não levava ao desenvolvimento. Era preciso combinar duas tendências: “Toda economia bem sucedida foi uma mistura de Estado e mercado, *laissez-faire* e intervenções”. É necessário “combinar as oportunidades oferecidas pelos mercados internacionais com uma estratégia de desenvolvimento doméstico que estimule o lado agressivo dos empreendedores locais”. (DUPAS, 2002:16-17). Os países de melhor desempenho foram aqueles que liberalizaram parcial e gradualmente suas economias.

O Estado tem ainda outras funções face às empresas gigantescas, que são as regentes da nova economia mundial. Embora as pequenas e médias empresas não estejam condenadas ao desaparecimento, pois podem se associar aos líderes das cadeias produtivas, o fato é que as privatizações e as concentrações provocaram rápida mudança de atores no cenário econômico em inúmeros países com a emergência de uma elite concentrada e internacionalizada, que possui uma percepção de interesses diversa daquela do Estado, que, em consequência, passa a sofrer pressão dos lobbies representantes de forças imensas. Os estados nacionais ficaram, assim, sujeitos a pressões que atuam num padrão de demandas que se conflitam entre si, pois se exige um Estado minimalista que cuide da aplicação de normas derivadas do neoliberalismo, como a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços, o que leva à deterioração do quadro social, que, por sua vez, requer um Estado forte e regulamentador. Este, portanto, demanda preparo tanto para proteger os empreendimentos nacionais quanto para defender o interesse global do país e induzir seu desenvolvimento, além de zelar pelas tarifas e controlar a qualidade dos serviços. Uma vez que o capital não se autorregula, pois seria contrariar sua própria lógica, compete ao Estado enquadrá-lo nos limites legais, tentando conciliar suas metas voltadas para o lucro máximo com os interesses da sociedade, sobretudo a preservação do nível de emprego e do meio ambiente. As reflexões de Dupas, neste aspecto, fizeram-no, reiteradamente, afirmar que era “fundamental redefinir o Estado e o campo da política como instrumentos para reequilibrar e domar as forças em jogo”. (DUPAS, 2005³:319).

Pode-se, neste passo, observar, a título de acréscimo, que nem sempre o Estado guarda a necessária neutralidade como ente mediador entre forças divergentes (forças que, em tese,

não seriam conflitantes), pois não raro homens de Estado acabam associando-se às grandes corporações ou a ela já pertençam quando assumem funções nas cúpulas dos sistemas políticos nacionais. Tais conglomerados, às vezes, de uma forma ou de outra, apoderam-se do Estado. Da mesma forma que no século XVI o Estado transformou-se em instrumento da burguesia comercial e marítima do ocidente europeu, hoje o Estado tornou-se instrumento das grandes corporações globais. Dupas, aliás, definiu isso com precisão quando observou que, ao adotarem políticas de reformas neoliberais, os Estados, de adversários entre si, tornaram-se aliados e sócios da economia mundial. Reduziram-se “a operadores de segundo nível da política econômica mundial, cada vez mais limitados no espaço de ação de suas políticas interna e externa.” Tal situação tem reflexos até na diplomacia: o bilateralismo interestatal vem sendo substituído, aos poucos, pelo multilateralismo em favor dos atores globais. (DUPAS, 2005^a: 268).

As crises do mercado financeiro persistem, todavia, e a globalização permite a circulação diária de grandes somas, transitando, especulativamente, de um país para outro. O livre jogo do mercado oculta, segundo Rapoport, o “despotismo das organizações financeiras internacionais, o neomercantilismo dos países mais ricos e o comportamento oligopolista de empresas transnacionais”. (RAPOPORT, 2003: 50)³

Dupas indagou ainda se este começo de século marcaria o início do declínio da hegemonia mundial norte-americana ou o declínio da hegemonia ocidental em favor de uma hegemonia asiática. A respeito desse tema, é preciso registrar que a distribuição do poder mundial hoje apresenta traços inusitados na transição de uma hegemonia para outra que se encontra em marcha. As hegemonias militar e financeira, que historicamente têm caminhado juntas, cindiram-se: enquanto o poder militar concentra-se, em alto grau, em uma potência ocidental, o poder financeiro global é detido por países do leste asiático, conforme Arrighi, que ressalva, todavia, citando Adu-Lughod, ser “difícil imaginar que a era da hegemonia ocidental será superada por uma nova forma de conquista do mundo”. Pode-se, assim, prever o retorno dos centros múltiplos de poder mundial como existiu no século XIII, hipótese que acarretaria término ou mudanças nas regras próprias daquelas “que a Europa introduziu no século XVI”. (ARRIGHI, 2003: 22). Dupas, por seu lado, reiterou outro aspecto da nova ordem, pois que é influenciada pela lógica das cadeias globais. As vantagens proporcionadas pela proximidade dos mercados finais de consumo, tanto de bens quanto de serviços, fracionaram a produção que, assim, passou por um verdadeiro processo de “diáspora”, da qual

³ A tradução é nossa

os Estados Unidos são um exemplo eloquente: seu déficit comercial, já superior a 300 bilhões de dólares por ano no início deste século, não seria dificuldade competitiva, pois o que houve foi uma dispersão da produção de suas grandes corporações transnacionais, que buscam bolsões de mão-de-obra e a proximidade do consumidor. As grandes corporações transnacionais geram um sistema de produção, intercâmbio e acumulação de âmbito global, cada vez mais à margem da autoridade estatal, com poder suficiente para subverter conceitos tradicionais de eficiência econômica e para impor regras, mesmo a nações poderosas do mundo.

Os critérios que se assentam na eficácia e na competitividade, isto é, partes daquilo que define o poder mundial, tornam o controle da tecnologia de ponta, dos recursos essenciais e da força de trabalho qualificada ou barata dos países da periferia (sem os ônus causados pelo estado de bem estar social) em componentes estratégicos fundamentais. O paradigma do mercado de trabalho está em mudança. As grandes empresas concentram-se cada vez mais, investem em tecnologia e automação, promovem a integração de redes terceirizadas e mundializam seus mercados. Entre as consequências desse processo está a supressão dos empregos, substituídos por projetos ou parcerias. Não obstante suas vantagens, o capitalismo global vem, também, com impactos negativos. A médio e a longo prazos, a concepção que se tem hoje sobre o trabalho pode evoluir de tal forma que as relações atuais que o controlam podem perder o sentido e ficarem restritas a determinadas atividades.⁴

Ao dialogar com os textos de Dupas enxerga-se com clareza a presença de forças que Renouvin e Duroselle classificaram como “profundas”. Injunções do tempo presente, diria Pierre Milza (1996: 381 e segs.), entre as quais está a nova lógica da produção globalizada que exerce força decisiva e determinante nas relações internacionais por meio das grandes corporações, vistas, aliás, no cenário do Ocidente desde o século XVI (basta lembrar as companhias de comércio britânicas e holandesas), mas agora em proporções tais que as transformaram em grandes atores globais. A contribuição de Dupas aos estudos econômicos internacionais foi desvendar como elas se formam, atuam e jogam na grande arena internacional. Embora, não se possa imaginar o mundo sem elas, conforme ele demonstrou, é possível minorar seus efeitos perversos.

Mas, no exame da nossa contemporaneidade, além das grandes corporações, comportam outros atores e questões igualmente importantes e que fazem parte da agenda

⁴ O que mais importa é o prestador de serviço fazer bem seu trabalho no prazo que for combinado. Dependendo da atividade, à empresa não importam o horário nem onde ele se desincumbe da sua tarefa. Nessa mesma linha, a remuneração é contratada de tal forma que o prestador cuide ele mesmo de encargos que hoje pertencem ao empregador, como assistência médica, fundo de reserva, plano de aposentadoria...

internacional: migrações, novas tecnologias, futuro do estado nacional, contra-poder da sociedade civil, distribuição do poder mundial, exame de conceitos, como os de hegemonia e poder nacional, fundamentalismos religiosos e redes de terrorismo que funcionam como “uma espécie de *ONGs transnacionais da violência* dirigidas principalmente contra os valores norte-americanos ou ocidentais.” (DUPAS, 2005^a: 31-32).

Oportunidades perdidas

Os estudiosos acima citados somam-se a outros que também constataram os rumos da nossa contemporaneidade e, desta forma, ajudam a iluminar as grandes linhas e tendências do sistema econômico internacional. O cenário não é dos piores se comparados a outros já vividos pela história mundial, além do que apresenta oportunidades. O contexto internacional exerce uma força constringente praticamente insuperável mesmo para nações intermediárias. O Brasil, apesar de ser uma das grandes economias da periferia do capitalismo, queira ou não, tem que acompanhar o fluxo da história e tirar o proveito que for possível, sob pena de ficar isolado, não em um oásis, mas numa terra pobre e seca, olhando o trem passar e aferrado a conceitos de meados do século passado.

Para concluir, e indo ao encontro do que foi exposto mais acima, pode-se acrescentar que a crise financeira mundial de 2008-09, pelo modo como foi enfrentada, quebrou esquemas interpretativos dos analistas que acreditavam que se vivia na América Latina sob vigência plena do Estado liberal. Mudanças ainda estão em curso. Ao injetar recursos em escala antes nunca vista em razão dos números que impressionam, (medidas anticíclicas foi o eufemismo, pois se quis confundir irresponsabilidade e má gestão com os inexoráveis ciclos da economia capitalista) os Estados beneficiaram (quando não salvaram) diretamente grandes corporações. A ajuda indireta fez-se por meio de medidas destinadas a aquecer a economia pela via do aumento do consumo, tendo por objetivo principal evitar uma crise de grandes proporções que afetasse toda a sociedade. A crise, se alguém ainda duvidava, deixou evidente o poder e o quanto se depende da saúde das grandes corporações, mas, em contrapartida, revigorou e evidenciou o papel do Estado, cuja condução demanda estratégia que esteja em compasso com seu próprio tempo.

A economia planejada e estatizada faliu como conceito e como prática na última década do século XX, mas a crise financeira mundial de 2008-09 evidenciou a importância do Estado como agente regulador, indutor e protetor de ativos financeiros de agentes de sistemas econômicos nacionais fragilizados pela economia global. A soberania do mercado como

conceito, parece ter sido posta em cheque, mas o observador que tem respeito pela História, e que consegue ver seus processos em uma perspectiva mais longa do que o habitual, é cauteloso e desvenda na recente crise a reiteração da capacidade de auto-regulação do mercado, que reage para expulsar parasitas e excessos, mesmo tendo perdas. De crise em crise, toma corpo um hibridismo econômico-social que não se enquadra de modo perfeito nas categorias em voga até há pouco tempo. A construção de uma nova economia não se dá por obra de alguém que formulou quase que singularmente uma teoria escatológica, mas pelo pragmatismo e pelo afã de resolver problemas imediatos que se põem à nossa frente.

O momento se nos apresenta oportuno para, pelo menos, mencionarmos algo sobre os megablocos. Estes normalmente formam-se com o objetivo declarado de romper barreiras alfandegárias e outras formas de protecionismo. Tais obstáculos, entretanto, nunca serão superados em definitivo, nomeadamente porque os blocos assentam-se, também, em razões estratégicas, nomeadamente as da nação ou nações que os lideram.⁵ Acordos comerciais assinados em função de interesses de outra natureza por parte da nação mais forte não é novidade na história das relações internacionais. (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967: 474-480). Em casos assim, o mais forte não está cedendo, mas vendendo caro seus favores comerciais a quem deles precisa. Será que nosso mundo mudou tanto quanto imaginamos? O ideal dos liberais é chegar à grande abertura mundial pela via dos blocos econômicos, isto é, um regionalismo aberto e sem os visos de algo como um mercantilismo ampliado. Mesmo com sinceridade de propósitos dos signatários, não há garantias de que não possa surgir, com o passar do tempo e com as alterações do contexto geral, o desencadeamento de forças incontroláveis. Apesar disso, salvo em casos especiais, não há como resistir aos blocos, praticamente. Para algumas nações, o desafio dos estrategistas está em acertar na melhor aposta.

O TPP negociado pelos Estados Unidos, Japão e mais dez países banhados pelo Pacífico é o exemplo que, mesmo ainda carente de aprovação legislativa norte-americana, nos é dado a observar e perceber que embora assentado em vantagens comerciais, tem como objetivo geoestratégico a contenção da presença chinesa, sobretudo a marítima, na parte do globo que concentra cerca da metade do PIB mundial. O dado mais recente é o anúncio, feito pela Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), da criação de uma área de livre-comércio que já comporta a expectativa de se tornar daqui há vinte anos a quarta potência econômica do planeta. (O ESTADO DE S. PAULO, 2015: B14). É preciso reiterar que

⁵ Mesmo o Mercosul evoluiu para um bloco politizado, no qual não raro decisões informadas por razões políticas superam as de natureza econômico-comerciais.

nenhum acordo de integração prospera, mesmo com objetivos político-estratégicos bem claros, caso não se assente em vantagens materiais concretas. O meio internacional pouco tem de kantiano e o momento histórico é de aceleração no ritmo das mudanças: e a nosso país impõe-se a necessidade de acompanhá-las com pragmatismo e com a ciência de que temos que ir além do atual Mercosul. Hoje, para o Brasil, ele representa mais um problema do que uma vantagem, pois não tem a altura e o alcance do vôo que o Brasil pode fazer em termos multilaterais. (HAKIM, 2015: B7). O afã de liderança sobre o Mercosul e outras nações do Sul às quais o Brasil dá atenção especial é outra ilusão: só nos acarretam despesas (“o maior tem sempre que ceder”, “paciência estratégica” são os motes que se ouvem) sem nada em troca, nem mesmo em aspectos não econômicos em razão do pouco peso que nossos supostos liderados extracontinentais têm no concerto internacional. Para vender e investir na Argentina não é necessário o Brasil suportar as amarras da PEC, basta ser competitivo.⁶ Ademais, com este vizinho do Prata temos longa tradição de amizade e intercâmbio comercial proveitoso a ambos os países. O Brasil, pela sua extensão territorial e populacional, as dimensões de seu mercado interno, suas riquezas naturais e sua tradição diplomática, deve atuar numa órbita mais elevada e rever suas prioridades e despolarizar suas relações externas. Mas isto só será possível após a estabilização do quadro político interno.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. (2003) “Globalização e macrossociologia histórica”, *Revista de sociologia e política*, nº20, jun., p.13-23.

DUPAS, Gilberto. (2000) *Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2002) *Hegemonia, Estado e governabilidade: perplexidades e alternativas no centro e na periferia*. São Paulo: Editora SENAC.

_____. (coord.) (2005^a) *América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP.

⁶ Na Argentina houve desvio de comércio em favor dos chineses mesmo em prejuízo dos interesses do Brasil, seu sócio do Mercosul. Isto ocorreu, obviamente, em razão da competitividade dos produtos da China. Isso não é inédito, dir-se-ia corriqueiro, nas relações econômicas internacionais. Basta-nos a lembrança do comércio de contrabando praticado pelos ingleses no século XVIII na América Latina, com a conivência das autoridades locais, contrariando as rígidas disposições do colosso colonial hispânico. É quase impossível barrar a entrada de produtos vendidos a bom preço. Outro exemplo pode ser buscado na disputa comercial anglo-germânica pela mesma América Latina no século XIX, o Brasil incluído.

_____. (2005^b) *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. (2000) *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Trad. de Ane Lize Spaltemberg & Sequeira Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

HAKIM, Peter. “O rei está nu”, O Estado de S. Paulo (2015), 21 nov. 2015.

HEREDIA, Edmundo A. (2003) “Actores emergentes en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas”. In: MARTINS, E.C.R. (org.) *Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, p.275-286.

MILZA, Pierre. (1996) “Política interna, política externa”. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.365-399.

NIVEAU, Maurice (1969). *História dos fatos econômicos contemporâneos*. Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

O ESTADO DE S.PAULO, (2015), 23 nov. 2015.

RAPOPORT, Mario A. (2003) “Globalización y relaciones internacionales: los desafíos Del siglo XXI”. In: MARTINS, E.C.R. (org.) *Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, p.37-62.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. (1967) *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Recebido em: Novembro de 2015;

Aprovado em: Janeiro de 2016.